As Mulheres no Nordeste do Brasil: Construindo Novas Relações de Gênero.



396.9
C389m

2000 / Ex.01 F000142

Konrad -Adenauer- Stiftung

AACC

Centro da Mulher
8 de Março - CM8
Mossoró/RN



As Mulheres no Nordeste do Brasil: Construindo Novas Relações de Gênero.



As Mulheres no Nordeste do Brasil: Construindo Novas Relações de Gênero.
Realizado entre os dias 21 e 23 de setembro de 2000
Natal - RN - Brasil

Elaboração do Relatório:
Adriana Teixeira Lima

Coordenação do Evento:
Marialda Moura da Silva

Revisão:
Yara Maria de Nassau Botelho

Projeto Gráfico e Capa:
Maria do Socorro Bezerra Marinho
Waldelino Duarte Ribeiro

Fotografias:
Vladimir Alexandre

Gravura da Capa:
Gravura retirada do cartaz em comemoração ao Dia Internacional da Mulher no Canadá, 1997
(Rouleau - Paquim Design Comunication)

RB - 19.626
FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. F000142
19 / 05 / 04

F
396.9
C389m
2000
Ex. 01

SUMÁRIO

Programação 07
Introdução 09
Abertura 11

Conferência

As Mulheres na Atual Conjuntura Política Brasileira 15
Maria Emília Pacheco Lisboa

MESA REDONDA

Gênero e Políticas Públicas: Construindo Perspectivas para o Nordeste 21
Delaine Martins
Elizabeth Mafra Cabral Nasser
Telma Gurgel

GRUPOS DE TRABALHO

Grupo 01

As Mulheres e as Políticas Públicas para o Nordeste 33

Grupo 02

Mulheres e Políticas Públicas: Ocupando Espaços de Poder 37

Grupo 03

O Movimento de Mulheres Frente As Políticas Públicas: Construindo Estratégias de Intervenção 41

Aspectos da Avaliação do Seminário 43

PROGRAMAÇÃO

A Situação das Mulheres no Nordeste do Brasil:
construindo novas Relações de Gênero.

21/09 - **Quinta-feira**

18h30min **- Credenciamento**

19h30min **- Mesa de abertura:**
Hartmut Teuchler - Fundação Konrad Adenauer
Roberto Marinho Alves da Silva - AACC
Maria da Conceição Dantas Moura - Centro da Mulher 8 de Março/RN

20:00 horas - **Palestra**
As Mulheres na Conjuntura Política Atual Brasileira
Maria Emília Pacheco Lisboa **-** FASE/RJ
Coordenação da mesa: Marialda Moura da Silva - AACC

20h40min - **Debate**

22/09 - Sexta-feira

9 horas - Mesa Redonda
Gênero e Políticas Públicas: construindo perspectivas para nordeste
Delaine Martins Costa
Coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas da Área de Desenvolvimento
Elizabeth Mafra Cabral Nasser
Pesquisadora na Área de Gênero - UFBA
Telma Gurgel
Coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março/RN

10h 30min - **Coffe-breack**

11h15min - **Debates**

12h30min - **Almoço**

14h30min - **Grupos de trabalho**

I - As mulheres e as Políticas Públicas para o Nordeste

II - Mulheres e Políticas Públicas: ocupando espaço de Poder

III - O Movimento de Mulheres frente as Políticas Públicas: construindo estratégias de intervenção

23/09 – **Sábado**

9 horas - **Apresentação dos Grupos de Trabalho e debates**

10h15min - **Encaminhamentos**

12 horas - **Encerramento**

12h30min - **Almoço**

INTRODUÇÃO

Entre os dias 21 e 23 de setembro de 2000 foi realizado, em Natal/RN, o Seminário "A situação das Mulheres no Nordeste do Brasil: construindo novas relações de gênero". O evento contou com a participação de homens e mulheres de diversas organizações da sociedade civil e universidades da região Nordeste do Brasil, proporcionando um rico debate sobre as questões relacionadas à participação das mulheres na atual conjuntura política brasileira e sobre a questão de gênero nas políticas públicas.

O Seminário teve como objetivos:

- Fortalecer a conscientização das mulheres, da sociedade civil, dos responsáveis políticos e da mídia sobre os desafios da construção da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

- Debater a situação atual das mulheres na conjuntura brasileira, especialmente a sub-representação das mulheres na política e as desvantagens econômicas, jurídicas e sociais.

- Apresentar, discutir e construir proposições acerca das políticas públicas desenvolvidas em âmbito governamental voltadas para a construção de novas relações de gênero.

Além das exposições e debates, foram formados grupos de tra-

balho para aprofundamento de temas e construção de estratégias de intervenção para a sociedade e o Estado na construção de novas relações de gênero. Os grupos trabalharam três temáticas: *As mulheres e as Políticas Públicas para o Nordeste; Mulheres e Políticas Públicas: ocupando espaço de Poder, O Movimento de Mulheres frente às Políticas Públicas: Construindo estratégias de intervenção.*

O presente relatório pretende apresentar uma síntese dos conteúdos e conclusões do Seminário, como contribuição para o aprofundamento dos debates na sociedade objetivando a da construção de relações igualitárias de gênero.

ABERTURA

As atividades do seminário foram abertas pelos representantes das entidades promotoras, Roberto Marinho Alves da Silva - presidente da AACC, Maria da Conceição Dantas Moura - coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março e Hartmut Teuchler - representante da Fundação Konrad Adenauer no Norte e Nordeste do Brasil.

Roberto Marinho Alves da Silva
Presidente da AACC

O representante da AACC deu as boas vindas a todas(os) e expressou a satisfação da instituição em promover o evento, haja vista ser uma das entidades do Rio Grande do Norte que trabalham com mulheres e que priorizam a questão de gênero.

Destacou a importância deste trabalho que vem sendo realizado por diversas entidades, entre elas o Serviço de Assistência Rural – SAR, que, em 1982, iniciou ações de mobilização, capacitação e organização junto a mulheres trabalhadoras rurais do RN. Já naquela época, as ações buscavam contribuir para que mulheres participassem ativamente dos processos decisórios nas organizações comunitárias, bem como do reconhecimento da profissão da trabalhadora rural e a conseqüente conquista de direitos.

Enfatizou que o trabalho da AACC também tem como eixos o fortalecimento das organizações de mulheres e seu empoderamento, além da preocupação com a inserção ativa dessas

mulheres nos processos de Desenvolvimento Local Sustentável das comunidades rurais e nas áreas de assentamento, tendo como base a discussão sobre a questão de gênero.

Destacou o trabalho realizado em Baraúna/RN, o qual as mulheres têm conquistado espaços importantes nos processos de formulação de Políticas Públicas no âmbito local, inclusive com a definição de cotas específicas nos recursos de programas de apoio a iniciativas de geração de trabalho e renda.

Concluiu afirmando que essa intervenção só tem sido pos -
sível a partir das parcerias com o Centro da Mulher 8 de Março, com a Fundação Konrad Adenauer, com o apoio do SINE/RN e do INCRA. Espera que o Seminário contribua para a definição de novos caminhos e que se possa continuar dando prioridade ao trabalho com as mulheres.

Maria da Conceição Dantas Moura.
Coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março.

Conceição Dantas iniciou as suas considerações ressaltando a importância da iniciativa da AACC em promover um evento que discute a situação das mulheres numa perspectiva de gênero que, apesar de está sendo muito problematização na atualidade, ainda é um tema marginal, haja vista a dificuldade em concretiza-la na sociedade. Apesar das dificuldades a AACC tem conseguido colocar o tema gênero em prática, vem tentando dividir poderes dentro da própria entidade e, acima de tudo tem contribuído para a organização das mulheres, o que para o Centro da Mulher 8 de Março é um dos principais pilares para a igualdade de gênero.

Nesse sentido, ela colocou a satisfação do Centro da Mulher 8 de Março em apoiar este evento, no qual a sua importância é intensificada no contexto atual de aumento da feminilização da pobreza, da redução do Estado e do sucateamento das Políticas Públicas.

Ressaltou como fundamental a participação ativa de todas(os), para que ao final as proposições construídas no Seminário sejam realmente assumidas e possam se multiplicar no cotidiano.

Hartmut Teuchler
Representante da Fundação Konrad Adenauer

O representante da KAS teceu considerações a respeito da importância de se discutir o tema proposto no presente Seminário.

Inicialmente destacou a situação de discriminação e exclusão social a que estão submetidas as mulheres, tendo relação direta com as questões de gênero. Apesar de as mulheres terem alcançado, em alguns países, em nível formal, os mesmos direitos políticos e profissionais que os homens – maior participação no mercado de trabalho, melhores condições nas áreas de saúde e educação e um maior esclarecimento a respeito dos papéis de homens e mulheres – , as mulheres ainda são vitimas das maiores exclusões sociais, como pode-se perceber através dos dados levantados pelo Sr. Hartmut Touchler.

- 70% dos 1,3 bilhões dos pobres do mundo são mulheres;

- A participação das mulheres em posições de liderança na economia e na administração é de 14%. Apenas cerca de 13% dos parlamentares no mundo são mulheres.

- Apenas 30% do trabalho feminino é trabalho pago. No trabalho masculino essa cota é de 75%.

- As mulheres ocupam aproximadamente 60 a 80% dos empregos no setor informal. Este trabalho não tem segurança legal e social e não é recenseado nas estatísticas da economia nacional.

- 80% de todos os refugiados das guerras e catástrofes são mulheres e crianças.

- 60% de todos os analfabetos são mulheres.

- A cada ano, mais de 500 mil mulheres morrem em conseqüência de assistência médica precária nos partos.
- Uma em três mulheres tem que responsabilizar-se, sem ajuda masculina,com a alimentação e educação das crianças, enquanto os pais fogem da responsabilidade social.

Diante de tais fatos percebe-se que existe uma grande distância para que se chegue de fato à igualdade de direitos.

O segundo argumento para a discussão do tema é que sem a competência e a criatividade das mulheres não será possível construir uma sociedade humana. Por isso enfatizou a sua convicção de que é na participação política que está a chave para melhorar a situação das mulheres, haja vista que é através dos processos políticos que ocorrem as mudanças na sociedade. Dessa forma, os regimes democráticos oferecem as melhores oportunidades de formular e defender os direitos e interesses das mulheres, apesar de em alguns países o espaço político ser majoritariamente ocupado pelos homens. Isso pode ser observado pela percentagem de mulheres que ocupam os parlamentos mundiais que contabiliza 15.2%. Em termos de participação feminina nos parlamentos dos diversos continentes, os números não diferem muito: na União Européia, as mulheres ocupam 15,5% dos mandatos parlamentares, nas Américas 14,7% e nos Estados Árabes 3,4%.

Encerrando suas considerações, o Sr. Teuchler reafirmou os objetivos do evento e agradeceu a AACC, em especial a Marialda Moura pela organização do evento.

As Mulheres na Atual Conjuntura Política Brasileira

Maria Emília Pacheco Lisboa – FASE/RJ.

A palestrante iniciou agradecendo o convite feito a ela pelas entidades promotoras do evento para discutir um tema tão desafiador e vasto, o que a levou a optar em abordar alguns aspectos.

Iniciando suas considerações ela colocou que neste ano foram elaborados dois documentos que fazem um balanço das desigualdades de gênero e as discriminações sofridas pelas mulheres: o primeiro faz uma abordagem das políticas públicas pós Begin, que mostra sob diversos ângulos como as desigualdades de gênero se expressam. O outro documento refere-se ao relatório da sociedade civil sobre o cumprimento pelo Brasil do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que tem um capítulo destinado a análise de gênero. Esse pacto internacional, que define os Direitos Humanos nos diferentes países teve o objetivo de reafirmar a obrigatoriedade dos países assumirem os compromissos estabelecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, no qual se faz necessário resgatar esses documentos porque eles são fruto de uma ação articulada de vários grupos, movimentos de mulheres, ações feministas, entre outros.

Ambos os documentos mostram o quanto as diferenças

de gênero ainda estão presentes na nossa sociedade, o século XX está terminando com discriminações e diferenças de gênero bastante presentes.

No Brasil o governo acatou, sem conhecimento da sociedade, o documento Estratégia de Assistência do País que em seu conteúdo contém as imposições do Banco Mundial que orientam as políticas públicas para o destino do país. Nesse sentido, o governo brasileiro vem adotando as políticas neoliberais, o que levará a uma diminuição do papel do Estado nas políticas públicas, sendo as mulheres as mais prejudicadas nesse processo.

Porém, é nesse contexto de políticas adversas que os movimentos sociais, mesmo de forma fragmentada, vem atuando. No que diz respeito aos movimentos de mulheres ao observar-se a história recente do país se vê que eles tiveram um papel crucial. A partir das décadas de 70 e 80 os movimentos de mulheres estiveram presentes no movimento contra a carestia, a anistia. Dando continuidade a luta, no sentido de estabelecer a igualdade de gênero, foi um marco a criação das Delegacias de Mulheres, a luta pelo estabelecimento das cotas, pela ação afirmativa, entre outras. Dessa forma, historicamente se percebe avanços e retrocessos na luta das mulheres.

No que diz respeito à desigualdade no acesso à terra, em que apenas 2,6% dos títulos estão em nome das mulheres, se tem na titulação conjunta uma opção e não uma exigência, que é obtida através da solicitação do casal, o que não supera a discriminação sofrida pelas mulheres. Para enfrentar tal realidade, as mulheres através da Marcha das Margaridas, colocram como uma de suas reivindicações, a titulação em nome do casal.

Por outro lado, como fruto do mesmo acordo com o Banco Mundial, o governo brasileiro implementou um programa de acesso à terra pela compra, sob o nome de Banco da Terra. A palestrante Maria Emília, lamenta bastante essa atitude, pois na sua leitura o momento atual é muito propício para expandir as desapropriações de terra devido a queda no seu preço, o que de antemão a compra da terra é mais uma forma de discriminar as mulheres, pois dentro da escala social elas estão nas piores situações.

Outra área que mostra a desigualdade é a de trabalho e renda, em que apesar da participação das mulheres na População Economicamente Ativa ter aumentado, passando no ano de 1997 para 42%, ainda permanece a desigualdade nos tipos de emprego, nos salários, na escala hierárquica de decisões. No campo, a invisibilidade do trabalho das mulheres pode ser observada por alguns números obtidos em 1997, em que 81% delas não recebiam nenhum tipo de remuneração.

Entre as políticas existentes, a única que tem efetiva universalização de direitos é a aposentadoria, que garante eqüidade de gênero e que reconhece a dupla jornada de trabalho da mulher, direito este que está ameaçado.

Outro exemplo que mostra a grande desigualdade de gênero se expressa no acesso das mulheres ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – , onde apenas 7% delas tiveram acesso ao crédito, sendo que 79% das pessoas que conseguiram o crédito são de cor branca, o que evidencia que além de desigual é discriminatório, o que demonstra que os programas não chegam aos mais necessitados.

A desregulamentação dos direitos trabalhistas está atingindo diretamente as mulheres. O trabalho temporário – que é de 03 meses podendo ser prorrogado por 02 anos –, por exemplo, sacrifica o direito ao salário maternidade das mulheres.

Finalizando sua exposição, Maria Emília afirmou que, mesmo com todas essas situações, as mulheres continuam lutando pela efetivação dos seus direitos e que, apesar de algumas vitórias, existem vários desafios para se chegar a uma situação de igualdade de gênero.

DEBATE:

Profa. Dominique (Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, intitulado Núcleo Nísia Floresta da UFRN): Destacou

que no meio rural do RN há estudos que apontam para um crescimento na participação das mulheres nas atividades não-agrícolas. Nesse sentido, ela solicitou a palestrante dados sobre tal questão, como também nos processos de cooperativismo e associativismo, no qual as mulheres participam na razão de 70%, sendo que apenas 12% delas são dirigentes. Outra observação feita diz respeito à mulher aposentada que vem sustentando a família, o que na opinião da professora, vai colocar problemas muito graves daqui para frente. Por fim, destacou que o papel das Universidades é muito grande, pois precisa-se de diagnósticos apurados e desagregados por sexo para que se possa apontar as políticas mais eficientes.

Maria Emília: Colocou que no momento não dispunha dos dados do crescimento da participação das mulheres em atividades não-agrícolas. De fato, na discussão da pluriatividade, especialmente nas áreas que combinam investimentos agrícolas com não-agrícolas ligados ao turismo, como acontece em alguns municípios do Rio de Janeiro, há um deslocamento de mulheres para essas atividades. Porém, existem estudos na região Sul do país, em especial no Paraná, de que as mulheres estão migrando mais do que os homens. Existe um crescimento do número de mulheres no associativismo e cooperativismo, porém o número de mulheres nas direções de cooperativas é muito menor do que, por exemplo, em diretorias de sindicatos, o que se justifica pela cooperativa estar ligada ao dinheiro e ao poder econômico. É necessário mostrar o perfil das 12%, quem são essas mulheres, em que circunstâncias chegaram ao poder, o que coloca, de fato, enquanto um grande desafio para as Universidades. No que diz respeito a aposentadoria das mulheres no campo coloca realmente preocupações, pois todos passaram a depender dela, além disso aponta para a possibilidade de um mínimo de sobrevivência, então se teme que pelo fato de a mulher estar conseguindo manter a família não haja necessidade de outros tipos de política.

Ana Rocha (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – FETAB): Sobre as políticas de cotas, destacou que os Sindicatos da Bahia, as Federações e a CONTAG garantiram no último congresso a participação de 30% das mulheres nas direções dessas instâncias. É um desafio pois mesmo quando chegam nas diretorias não conseguem uma interferência com maior qualidade. Por fim, pediu que a palestrante comentasse sobre a relação entre esses avanços e

conquistas na garantia da participação das mulheres e os desafios que elas representam.

Marialda Moura (AACC): Destacou que em muitos casos as mulheres estão nas direções, sendo que a maioria ocupam cargos secundários. As mulheres estão nas diretorias dos Sindicatos, porém apenas na hora da composição das chapas e, portanto não se sentem enquanto parte da diretoria. Uma sugestão é a criação das Secretarias de Mulheres nos Sindicatos e nas Associações.

Maria Emilia: É impossível as mulheres afirmarem sua autonomia se elas não tiverem um espaço próprio delas se organizarem, onde existem grupos de mulheres, movimentos de mulheres com um trabalho sistemático elas vêm avançando, pois uma vez formadas e com experiência, elas terão condições de influenciarem nesses espaços mistos. Quanto ao comentário da Ana sobre a participação não qualificada na diretoria, ela acha que não se pode generalizar tanto, o que acontece é que em muitos casos existem códigos dos próprios diretores que vão se reproduzindo no poder e que eles não os socializam. Em algumas diretorias os homens vão apenas trocando de cargo, enquanto para as mulheres é uma experiência inicial. O próprio cargo que elas assumem também não ajuda para que elas se desenvolvam, e muitas vezes elas estão mesmo nos cargos secundários, no qual as suas lutas não são priorizadas. Assim, se faz necessário pensar treinamentos específicos, dinâmicas de como falar em público, intervir em debate, pois a socialização dos homens é diferente, as mulheres estão permanentemente sob pressão, sendo por isso mais difícil elas se pronunciarem em espaços mistos.

Elizabeth Cruz (ESPLAR-CE): Iniciou o último bloco de questões, no qual reforçou a necessidade do espaço específico das mulheres, enquanto espaço de constituição da identidade coletiva que possibilita o empoderamento das mulheres, o que coloca um desafio para as ONG's qualificarem a atuação das mulheres nos espaços políticos, de comercialização, de mercado. Outra questão mencionada é que mesmo no movimento feminista não se enfrenta bem a discussão do poder, há uma recusa ao poder, se cogita que as mulheres têm que exercer um outro tipo de poder que as mulheres não sabem que poder é esse.

Margarete (Serviço Nacional de Aprendizagem de Cooperativas): Informou que a OCB – Organização Cooperativa no Brasil – nunca teve mulher na presidência, e que dos 27 superintendentes 6 são mulheres, sendo 4 delas nordestinas.

Maria Emilia: Encerrou sua participação no debate reafirmando a necessidade de as mulheres se qualificarem sobre os temas da agenda nacional – política agrícola, agrária, entre outras, agradecendo por fim a participação de todas(os) e desejando boa sorte e êxito nas demais atividades do seminário.

MESA REDONDA

Gênero e Políticas Públicas: Construindo Perspectivas para o Nordeste

Delaine Martins
(Coordenadora do Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas da Área de Desenvolvimento Econômico e Social, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal/RJ – IBAM)

A expositora iniciou agradecendo o convite e expressando a satisfação de estar participando de um evento apoiado pela KAS. Em virtude do tema ser muito amplo, ela escolheu tratar da representação feminina na política e dos modelos de incorporação de enfoque de gênero nas políticas públicas. Dessa forma, num primeiro momento ela abordou como se dá essa representação feminina no governo local e posteriormente fez uma apresentação de 3 modelos ou padrões de comportamento, ou seja, como os governos locais no Brasil vêm se comportando diante das demandas das mulheres, ou no que se chama de institucionalização do enfoque de gênero – programas específicos, a criação de mecanismos específicos voltados para as mulheres e o planejamento com enfoque de gênero.

Ela colocou primeiramente a necessidade de retomar alguns conceitos no que diz respeito ao tema gênero, que diferentemente da palavra sexo, percebe como as relações entre homens e

mulheres variam historicamente, que estas mudam de lugar para lugar, sendo portanto uma construção cultural e social, mas que sobretudo é um conceito relacional.

Para os movimentos de mulheres e as ONG's o tema gênero vai ser bastante utilizado, pois porque para mudar uma relação você tem que trabalhar com homens e mulheres, dessa forma não se pode falar em gênero pensando só nas mulheres. Assim, tem que se trabalhar ora só com mulheres, ora com homens e mulheres se queremos construir novas relações de gênero.

Para que se possa consolidar a democracia é necessário ter uma representação igualitária entre homens e mulheres. Como atualmente se trabalha com uma democracia representativa, delegada, é importante dentro dessa lógica, o sistema de cotas para se pensar o caso das mulheres no Nordeste.

É fundamental esclarecer que ao falar de gênero devemos ter a preocupação também com outras categorias relacionadas: classes, etnia, raça e geração, acrescentando-se também a situação das pessoas portadoras de deficiências.

Do número total de mulheres Prefeitas mais de 50% estão no Nordeste. No RN, antes mesmo das mulheres terem direito ao voto já era eleita em 1928 a primeira Prefeita do Brasil – Alzira Soreano da Costa. Em 1996 tínhamos 171 Prefeitas, atualmente temos 304, sendo que 153 estão em municípios nordestinos, tendo o Piauí o maior percentual.

Ela colocou que não se pode negar o crescimento em termos absolutos, porém as instâncias de poder continuam sendo pouco permeáveis àcandidatura de mulheres, no qual os partidos políticos acabam excluindo-as das tomadas de decisões.

Atualmente temos 1.629 mulheres vereadoras de um total de 17.139, o que deixa evidente que este número ainda é muito pequeno, o que fez a palestrate afirmar que temos uma sub-representação das mulheres na política. Isto levou-a à seguinte reflexão: o que significa ter mais ou menos mulheres na política.

As mulheres vão apresentar um novo desafio para as formas de gestão e de como a cultura política pode mudar a partir do momento que mais mulheres consigam se inserir nesse espaço, pois atualmente há um esgotamento do modelo de poder vigente (homem branco), no qual as mulheres trazem uma carga muito grande dessa renovação das formas de poder. Porém, ela alertou que não se pode ser essencialista – porque é mulher, será melhor –,e que não basta ser mulher é necessário ter uma agenda feminista, de gênero.

Ao levar a discussão para o âmbito das políticas públicas, a palestrante acredita que as desigualdades de gênero se reproduzem, se criam em vários espaços/órgãos (família, mercado de trabalho, governo, entre outros). Para ela o conceito de institucionalização do enfoque de gênero significa incidir sobre regras, atividades, orçamentos, pessoas, no sentido de questioná-los e potencializar mudanças no âmbito local e, de que o reconhecimento da insuficiência da integração do gênero ao desenvolvimento deve ser levado em consideração.

Ela selecionou três formas de atuação do governo local: a forma de implementação de programas específicos, criação de organismos específicos voltados para as mulheres e a implantação do planejamento com enfoque de gênero. Na primeira forma de atuação trabalha-se a mulher enquanto grupo beneficiário, trabalha-se a mulher como segmento, sem portanto abordar o enfoque de gênero. O que acontece é que programas como o planejamento familiar, geração de renda em profissões tradicionais, no qual as prefeituras dizem que são ações voltadas especificamente para as mulheres, se pensa muito mais na mulher ocupando o papel de mãe.

A criação de mecanismos específicos voltados para as mulheres é mais comum, se dando através da criação dos Conselhos ou Coordenadorias dentro dos governos municipais ou estaduais, em que ambos nascem como forma de trazer as discussões de gênero.

Os conselhos surgem da interlocução entre sociedade civil e organismos executores de políticas públicas, em que vários governos, sindicatos, diferentes entidades, vão criar organismos específicos, o que faz com que o tema entre na agenda das políticas executadas, tornando possível colocar as diferenças e a necessidade

de políticas públicas.

Atualmente, segundo a palestrante, existem duas abordagens que orientam a prática profissional de ONG's, dos governos, e até mesmo dos organismos internacionais, que é trabalhar com mulher e desenvolvimento ou gênero e desenvolvimento.

Elaborar planos, políticas, programas foram citados enquanto estratégias para contribuir na efetivação de atividades que possibilitem a igualdade nas relações de gênero. É necessário ainda treinamento em gênero, criação de organizações de mulheres, entre outras.

O terceiro aspecto abordado esclarece o planejamento com enfoque de gênero pode ser pensado de forma transversal, ao invés de pensar as mulheres nos diversos setores. Ele é um processo voltado para a transformação, não há mudança no mundo se não se muda a si mesmo(a), o conceito de gênero é algo concreto, pois se vive as relações de gênero todos os dias, antes de pertencer a uma determinada etnia se é homem ou mulher. Concluindo sua explanação Delaine expõe que a cultura política exige uma transformação na forma do exercício de poder entre homens e mulheres, no sentido de adequar as políticas públicas municipais.

Elizabeth Mafra Cabral Nasser
(Mestre em Antropologia – UFBA e Pesquisadora na Área de Gênero)

Inicialmente Elizabeth Mafra agradeceu ao convite feito, explicando que suas considerações ficariam mais centradas na ocupação das mulheres nos espaços de poder, no qual as discussões e estudos sobre gênero e políticas públicas evoluem após a atuação do movimento feminista no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Para ela, não se pode entender políticas públicas enquanto resposta do Estado sob investigação da sociedade civil e sim enquanto processo histórico, no qual a pressão dos movimentos e entidades contribuíram para se conseguir as políticas sociais.

O movimento feminista tem sido importante na conquista de agendas de reivindicações, o que tem contribuído para garantir as condições de vida das mulheres, seus direitos políticos, bem como os debates na sociedade.

Em 1984 foram criados os primeiros Conselhos da Mulher, sendo em 1985 a criação das primeiras delegacias especializadas em direito da mulher, que têm provado sua importância por ajudar aquelas mulheres vítimas de violência de gênero. A expositora acredita que as delegacias não são completas, pois não funcionam junto com a casa abrigo. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres que constitui, entre outras coisas, o reconhecimento, a partir da instância federal, da desigualdade de gênero.

No que diz respeito aos Conselhos, ela questiona alguns enquanto órgãos de manipulação política dos governos, e não enquanto espaços que discute as propostas públicas das mulheres. O Conselho visa estabelecer políticas públicas para as mulheres através das secretarias, o que dificilmente se efetiva.

Continuando e historicisando as lutas e conquistas das mulheres, Elizabeth Mafra ressalta a luta no início dos anos 90 pela ação afirmativa no mercado de trabalho e pelo combate à violência doméstica. A partir de 1995 a luta se deu pelo reconhecimento da união das pessoas de mesmo sexo e o estabelecimento das cotas, o que vem se efetivando desde 1996.

Na política temos atualmente a candidatura de 1.369 mulheres, sendo 1.250 candidatas a vereadoras, 46 a prefeitas e 68 a vice-prefeitas. Em 65 municípios do Estado existem mulheres candidatas e 07 chapas são compostas só por mulheres. Apesar dos avanços se faz necessário traçar um perfil de quem são essas mulheres.

Ela ressaltou que em algumas pesquisas feitas pela Universidade para traçar esse perfil, havia necessidade de se responder um questionário, sendo que em muitos casos eram resondidos pelos maridos. Detectou-se também um caso em que estavam preparando uma empregada de confiança para atuar na política. Assim, os homens estão lançando as mulheres para que eles possam estar manipulando,

certamente isso não é hegemônico e não se trata de estabelecer uma guerra entre homens e mulheres.

Apesar dessas questões, a expositora avalia que mesmo com essas discriminações é importante que as mulheres se insiram nos partidos políticos, aliás em todos os partidos políticos, porém é necessário que elas tenham consciência do seu papel, se não vão continuar sendo usadas pelos homens, que acabam se aproveitando de um maior respaldo das mulheres na política, comprovado através de uma pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, em que 84% da população quer votar numa mulher prefeita, 80% para vereadora e 72% para presidente.

A palestrante colocou também outros dados estatísticos, nos quais mais de 60% das vagas das Universidades são ocupadas por mulheres, porém elas não chegam as instâncias de poder. No Governo Federal, atualmente, não existe nenhuma mulher ocupando Ministério. No RN, apenas em nível municipal há mulheres ocupando Secretarias como a de Saúde e Educação. No Executivo 45,53% dos cargos de nível superior estão ocupados por mulheres, mas tal número decai para 13,24% quando se trata das funções de maior poder.

Na área diplomática apenas 5% dos embaixadores são mulheres. Mesmo ocupando 44% dos cargos federais, elas não ocupam cargos de poder, estando mais ligadas à área assistencial e de saúde. Em 1998 na Justiça Comum as juízas mulheres ocupavam 25% dos cargos, sendo que na Justiça do Trabalho esse número aumenta para 34%.

Para concluir, Elizabeth Mafra colocou que nas áreas em que se leva em consideração a competência elas se sobressaem, porém quando envolve nomeação o machismo prevalece.

Telma Gurgel
(Coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março/RN)

A expositora iniciou as considerações colocando que o dilema do movimento feminista é sobre qual a relação que o movimento de mulheres deve manter com o Estado. Existe diferença entre incorporar o discurso de gênero e implementar ações para as mulheres.

Nesse sentido, Telma Gurgel começou a problematizar em cima do papel do Estado, no qual ela lembrou que o ponto de vista a ser apresentado pode provocar discordâncias e polêmicas.

O Estado não é neutro, ele está inserido na sociedade dentro de uma lógica neoliberal, no qual as políticas públicas têm uma conformação.Dessa forma, ela indaga se é correto fortalecer os Conselhos Nacionais ou Estaduais, se não se concorda com as políticas públicas implementadas.

Ao falar do papel do Estado a expositora enfoca dois aspectos, quais sejam: organização do bem-estar social para todos e de mecanismo para forçar a distribuição das riquezas na sociedade, papéis estes que foram construídos, frutos da ação dos movimentos sociais através das pressões. É importante também colocar nessa análise dos papéis do Estado os pontos de vista de classe, raça e gênero, e futuramente sexualidade que é tratado ainda de forma tradicional. Uma análise de políticas públicas tem que incorporar esses aspectos.

A diminuição do papel do Estado tem impactos nas políticas públicas, pois na visão neoliberal as desigualdades são inevitáveis, porém o Estado deve fazer com que as pressões sociais sejam diminuídas, de forma que se garanta um mínimo que possibilite a convivência social das desigualdades. Se o Estado é ineficiente então entra o mercado, no qual em qualquer privatização, as mulheres são as mais prejudicadas.

Telma Gurgel colocou nesse sentido, que as políticas perdem o seu caráter de universalidade, tornando-se políticas para pobres.

As alterações do Estado ocasionam para as mulheres a elaboração de políticas pontuais que não contribuem para diminuir as desigualdades entre homens e mulheres, no qual ela afirma que estas não somam para alterar a hierarquia existente, não alteram as condições estruturais das desigualdades de gênero.

Ela defende que o movimento de mulheres deve construir uma ação frente ao Estado, baseada em três dimensões. A primeira delas diz respeito ao papel de pressão sobre o Estado, no

sentido de que este possibilite políticas que contribuam para a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres. A segunda aborda a possibilidade de mudança na lógica do Estado, no sentido de que este possa ser um construtor da igualdade social de todas as pessoas, não só das mulheres. E a terceira refere-se ao desafio de incidir sobre a democratização do Estado. Ela deixa claro que os discursos e práticas do Estado se adequam ao momento histórico.

Finalizando, Telma Gurgel aponta a necessidade de o feminismo aprofundar essas questões sobre o Estado, definir uma estratégia que culmine com a construção de uma nova hegemonia e que ele possa retomar a sua criticidade e criatividade.

DEBATE:

Conceição (Centro 08 de Março): Solicitou que se falasse sobre o maior número das mulheres nordestinas na política, e que Telma tecesse considerações sobre a Marcha Mundial.

Dominique (UFRN): Solicitou que se fornecessem mais informações sobre a Agenda 21.

Delaine: Afirmou que para o desenvolvimento local, o tema gênero está fora, existe pouca coisa sendo feita nesse sentido, pela Agenda 21. Há momentos na análise em que é importante observar o macro e às vezes os micro processos sociais, para que se possa fazer uma análise sobre que estratégias podem ser utilizadas. Por um lado, existe uma agenda feminista e do outro uma agenda possível de ser implementada dentro do local que contribuem para diminuir as desigualdades de gênero. Quanto à questão das mulheres nordestinas na política, ela comentou que existem algumas que estão construindo um capital político a partir da rede familiar e outras, a partir de uma militância. Mesmo no primeiro caso, ela acredita que essas mulheres podem ser cooptadas pelo movimento feminista e de mulheres.

Telma Gurgel: Teceu informações sobre a Marcha Mundial que teve seu início em março desse ano, em todo o mundo, o que para ela se constitui uma das principais iniciativas das mulheres em retomar a ofensividade do movimento feminista. A Marcha está centrada em 02 eixos: o combate à pobreza e à violência sexista, no qual se coloca

uma crítica ao modelo de organização imposto pelo neoliberalismo. Para ela a Marcha é extremamente importante, pois catalisa as reivindicações das mulheres no mundo inteiro, e configura-se enquanto momento de retomada das ações criativas do feminismo. A Marcha nega a negociação pacífica com o Estado.

Marialda (AACC): Inscreveu-se e problematizou sobre o que Telma falou. Quem trabalha com grupos de mulheres tem dificuldade em articular sua auto-organização, há uma dificuldade também delas ocuparem os espaços de poder (associação, cooperativa, etc). Foi colocado também que o Estado não atende a busca pela igualdade de gênero, nesse sentido ela pediu para que Telma discutisse sobre a participação das mulheres em espaços nos quais são definidas as políticas públicas, e de como ficará sem uma intervenção nesses espaços.

Tereza Freire (PT): Colocou que pensa uma sociedade diferente, nesse sentido como é que se vai buscar políticas públicas, seja no Estado ou nos partidos políticos, se há uma lógica que reprime, no qual ela afirmou que o o debate sobre a lógica do Estado deve continuar e por fim indaga como levar esse debate nessas instâncias de poder.

Telma: Foi a primeira a responder as questões levantadas colocando que isso é uma das grandes discussões do feminismo, ou seja, como é que se deve intervir nessas questões e qual a relação que se deve ter com o Estado. Uma das saídas apontadas por ela, que inclusive é fruto de uma decisão do Centro da Mulher 08 de Março, é entender o convênio com o enquanto democratização dos fundos públicos.

Elizabeth Mafra: Enfocou que o movimento feminista deve ser o mais autônomo possível, o que se deve defender hoje é a participação das mulheres em todos os espaços para que se possa discutir o que se quer e acredita.

Delaine: Chamou a atenção da necessidade de diferenciar Estado e Governo. O primeiro não está solto no tempo e espaço, ele é anterior ao sistema democrático, já o segundo é um marco da democracia representativa. Ela reconheceu que o Estado é opressor, branco, enfim feito para as minorias, outra coisa é o Governo que pelo menos há a possibilidade de mudança de 04 em 04 anos e no qual pode se manter um diálogo, onde se vai perder e ganhar.

Ana Rocha (FETAB): Começou parabenizando o debate e colocou que o movimento sindical tem uma postura contrária ao desmonte do Estado, nesse sentido como se pode atuar com ONG's que assessoram e apoiam o movimento de mulheres e sedimentam esse desmonte. A outra questão referiu-se à Marcha das Margaridas, e no momento atual está se tentando negociar uma agenda de reivindicações nos diferentes Ministérios, nesse sentido pediu para que algumas considerações a esse respeito fossem feitas.

Elizabeth (ESPLAR): Parabenizou as considerações feitas pela mesa e solicitou que Telma Gurgel falasse sobre os impactos, para as mulheres, da redução do Estado e frente a isso como se poderia pensar em propostas nesse campo.

Elizabeth Mafra: Enfocou que as mulheres têm que ocupar os espaços do Estado no sentido de influir, de sugerir, o que se tem dificuldade. A redução das políticas públicas recai nos ombros das famílias e das mulheres, em especial. No que diz respeito às creches, por exemplo, foi colocado que estes espaços não servem para as mulheres, pois são diferentes das suas necessidades.

Telma Gurgel: As mulheres têm que pensar formas de lutas a desenvolver, estratégias e com que aliados se pode contar. As ONG's vivem um dilema de sua própria identidade, de sua construção histórica, elas vêm historicamente sofrendo transformações, em especial aquelas ligadas ao movimento de mulheres, ligadas ao feminismo. Existe uma teórica que é a Sônia Alvarez que afirma que as ONG's feministas têm uma identidade híbrida, ou seja, ela é ao mesmo tempo movimento e entidade representativa. Muitas vezes o discurso de gênero na sua aplicabilidade responde muito mais a necessidade dos homens do que das mulheres pela forma como está sendo implantado.

Maria Emília (FASE): A mesa colocou uma coisa essencial que foi a centralidade do conflito, pois se imagina a política como local de construção do consenso, da parceria, que na sua leitura passaram a ter uma certa centralidade no discurso oficial do governo, como também da sociedade civil.

Claudia (Cooperativa Terra Viva): Colocou que acredita nas duas for-

mas de intervenção: a luta na rua e a participação das mulheres nos conselhos, no qual ela lembrou que isso foi uma conquista através da luta e que se quer negar.

GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO 01 - AS MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O NORDESTE

1. O Contexto que envolve as mulheres no Nordeste do Brasil:

- Redução do Estado;
- Municipalização/prefeitualização: nenhuma das três instâncias de governo implementam políticas públicas adequadas às necessidades da população;
- Guerra fiscal – menos recursos para implementar políticas públicas
- Falta de autonomia dos governos locais – as instâncias federais definem as políticas a serem implementadas;
- Impactos na vida das mulheres: aumento da carga de trabalho das mulheres e aproveitamento do seu trabalho não pago.

2.. Espaços de poder e participação política:

- Conselhos – pouca participação das mulheres, quando estão representando organizações mistas e não levam propostas especí-

ficas para as mulheres;

- Organizações da sociedade civil – como proponentes e formuladoras de políticas públicas.

3. *Desafios a serem enfrentados pelas mulheres:*

- Garantir políticas públicas de crédito para as mulheres;
- Políticas públicas de geração de trabalho e renda que não afaste as mulheres trabalhadoras rurais de suas atividades tradicionais/ agrícolas;
- Ocupar e criar espaços de discussões;
- Garantir políticas públicas diferenciadas para o Nordeste de gênero e dentro das especificidades territoriais;
- Garantir a gestão popular dos recursos e a criação de espaços de controle social;
- Ampliar a participação das mulheres nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas;
- Fazer com que as desigualdades de gênero deixem de ser "coisa", preocupação de mulher;
- Reduzir a dificuldade das mulheres de participarem qualitativamente nos espaços de discussões.

4. *Estratégias:*

- Ocupar os espaços de elaboração já existentes: Conselhos, Câmaras;
- Capacitar as mulheres para estarem nos espaços de discussão/ elaboração;
- Voltar a trabalhar com a formação política de base;

- Fortalecer a auto-organização das mulheres;
- Repensar e concretizar parcerias: ONG's/sindicatos/organizações governamentais/cooperativas/universidades/Igreja;
- Capacitação/conscientização de gênero para profissionais que atuam junto às populações;
- Lutar pelo orçamento participativo em todos os municípios;
- Lutar por políticas públicas para a agricultura familiar e com ações específicas para as mulheres.

5. Proposta de continuidade:

- Seminário Nacional para profissionais que atuam na agricultura familiar.

GRUPO 02 - MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: OCUPANDO ESPAÇOS DE PODER

1. O Contexto que envolve as mulheres no Nordeste do Brasil:

- Redução de políticas;
- Isenção fiscal das empresas;
- Flexibilização do trabalho com redução dos direitos;
- O contexto neoliberal tem suas especificidades em cada país, mas exclui em nível mundial, e essa exclusão se dá muito fortemente sobre as mulheres (fenômeno de feminização da pobreza);
- O corte de recursos para políticas públicas (creches, lavanderias, escolas em tempo integral) faz com que as mulheres fiquem sobrecarregadas no espaço doméstico, tendo em vista que as tarefas não são divididas com os homens;
- O desemprego em massa exclui de forma prioritária as mulheres (as mulheres brancas recebem cerca de 50% menos do que os homens e as mulheres negras metade do que as mulheres brancas).
- Turismo sexual;
- Aumento da violência contra a mulher;
- Devido a uma falta de investimentos, as poucas Delegacias de

Defesa da Mulher que existem são ineficazes;

- Campanhas direcionadas ao planejamento familiar em que se atribui à mulher a responsabilidade de controlar a natalidade.

2. Espaços de poder e participação política:

- Delegacias de Direito da Mulher: existe pouca participação das mulheres no funcionamento da delegacia tornando-o precário;

- ONG's vêm assumindo ações e programas desresponsabilizando dessa forma, o Estado no enfrentamento das questões sociais;

- A discriminação das mulheres quando ocupam cargos de poder, as exclui também dos espaços de formulação das políticas públicas;

- O grande avanço das mulheres foi perceber que são oprimidas e que não há igualdade de gênero;

- Pouca participação das mulheres nas políticas públicas.

3. Desafios a serem enfrentados pelas mulheres:

- As ONG's têm que criar mecanismo para serem autônomas(autonomia
financeira e política para intervirem nas questões sociais);

- Participação das mulheres nos sindicatos e associações, de forma que fortaleça a luta das mulheres por direitos sociais;

- Agir local, pensar global;

- Contribuir nas diversas instâncias para romper com a cultura de dominação;
- O movimento de mulheres deve ocupar de forma crítica, criativa e propositiva os espaços institucionais na luta por seus direitos;

- Apontar os desafios está mais fácil do que apontar as estratégias;

- Chegar mais junto à população (movimento de base e de massa);
- O movimento feminista tem que pensar e incorporar a questão das negras e das lésbicas;
- Incorporação do discurso de gênero na prática cotidiana;
- Tentar romper com o assistencialismo e focalismos de programas desenvolvidos nas ONG's.

4. Estratégias:

- Organização das mulheres em grupos, associações;
- Capacitação em gênero;
- Superar as discriminações nos partidos e nas associações;
- Ganhar os homens para as lutas das mulheres.

5. Polêmicas:

- Legalização do movimento de mulheres;
- Desatrelação dos sindicatos.

GRUPO 03

O MOVIMENTO DE MULHERES FRENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.

1. O Contexto que envolve as mulheres no Nordeste do Brasil:

- O Estado se desresponsabiliza das políticas públicas e essa ausência significa um preço alto para as mulheres;
- Redução de direitos – contrato provisório, cooperativas;
- O Estado não tem uma política pública de amparo à violência;
- Internacionalizar a luta – Marcha Mundial das mulheres;
- Ocupar os espaços de poder – as mulheres têm medo do poder(eleições);
- Necessidade de organizar o movimento.

2. Espaços de poder e participação política:

- Um pequeno número de mulheres na elaboração das políticas;
- Governos conservadores dificultam as políticas voltada, para as mulheres;

- Quem elabora as políticas públicas – Sindicatos, movimentos;
- Os governos pegam as reivindicações e transformam em políticas públicas;
- Conselhos e Coordenadorias.

3. *Desafios a serem enfrentados pelas mulheres:*

- Estimular a organização de grupos de mulheres;
- Capacitação contínua das mulheres (associações, sindicatos);
- Políticas de cotas com eficiência;
- Definir onde se quer chegar com a organização das mulheres;
- Vencer os preconceitos no interior das entidades;
- Sensibilização dos homens para as questões de gênero;
- Resgatar estratégias de comunicação, material de divulgação de acordo com a realidade de cada espaço;
- Fazer a Marcha Mundial das Mulheres ter vida.

4. *Estratégias:*

- Incorporar no discurso o Gênero feminino;
- Garantir transversalidade de gênero nas ações das organizações;
- Relacionar a temática da Marcha Mundial das Mulheres nas ações;
- Utilizar uma linguagem acessível para as mulheres;
- Assessorar as organizações de mulheres(Federações, Sindicatos) na questão das proposições quanto ao acesso ao crédito, para que as mulheres possam incorporar na sua luta essa reivindicação dos 30% específicos para mulheres.

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO

Conteúdo:

■ Adiscussão nos grupos foi muito proveitosa, pois é importante os diferentes segmentos estarem pensando os movimentos de mulheres, debatendo e buscando estratégias para ultrapassar os desafios existentes.

Metodologia:

■ As discussões dos grupos não foram apresentadas na forma de painel, o que possibilitaria uma visualização das propostas colocadas pelo grupo.
Participação;

Ambiente:

■ Os eventos devem acontecer em um espaço onde se possa colaborar e não em um espaço onde se tenha que pagar tudo. É uma deseducação na construção de uma sociedade mais justa.

Resultados e Continuidade:

■ Há a necessidade de se amarrar ainda melhor, como se pode estar unificando essas estratégias e propostas apresentadas no evento;

■ O evento não tinha o objetivo de traçar uma estratégia única de atuação, até mesmo porque ela entende não ser possível devido a diversidade de entidades presentes ao seminário;

■ Os objetivos do seminário foram alcançados, uma vez que as entidades refletiram e pensaram estratégias para a atuação e que isso possa ser ampliado dentro do contexto de cada local;

Uma das participantes do Seminário, Margarida, prestou o seguinte depoimento: "O seminário é extremamente importante, pois ela terá condições de repassar para as mulheres da comunidade as discussões que permearam os dias de atividades, colocou também que ao chegar em casa certamente irá escutar do marido que não pode isso ou aquilo, porém ela afirmou que a partir daquele momento iria combater essa situação e que também se lançará candidata a Presidente da Associação do local em que reside".

Outra participante, Maria de Araújo, estagiária da AACC fez uma avaliação escrita, na qual aborda a importância das discussões, bem como enfatizou que as informações adquiridas contribuirãopara que ela possa ultrapassar a condição de discriminação que sofre.

FARN

Impressão
Offset Gráfica e Editora Ltda.
Natal/RN
Janeiro/2002

Konrad -Adenauer- Stiftung

Matriz
Konrad-Adenauer-Stiftung e. V. Rathausallee 12
53757 Sankt Augustin b.bonn - República Federal da Alemanha
Telefone: (0049-2241) 2461 - Telefax: (0049-2241) 246508
Home page:
http://www.kas.de/brasil e http://www.adenauer.com.br

Representante no Brasil Nordeste/Norte
Av. Dom Luís, 880, Salas 601/602 - 60160-230 - Fortaleza - CE
Telefone: (0055 85) 261-9293 - Telefax: (0055 85) 261-2164
E-mail: kasfor@roadnet.com.br

AACC
Associação de Apoio às Comunidades do Campo do RN

Escritório Central
Rua Dr. Múcio Galvão, 449 - Lagoa Seca - CEP 59020-550 - Natal/RN - Telefax: (84) 211-6131 / 211-6415
E-mail: aaccrn@uol.com.br - Site: www.aaccrn.org.br

Escritório II
Av. Dix-Sept Rosado, 190 - Centro - Mossoró/RN - Telefone: (84) 314-2089

Escritório III
Rua das Ostras, s/n - Centro - São Miguel do Gostoso/RN - Telefone: (84) 263-4182

Centro da Mulher
8 de Março - CM8
Mossoró/RN

Rua Monsenhor Mota, 22 - Ilha de Santa Luzia - Mossoró/RN
CEP 59600-000 - Fone: (84) 316-1537
E-mail: cm8@uol.com.br



F000142